

Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício
Findos em 31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Balanço patrimonial	4
Demonstração de resultado	5
Demonstração dos resultados abrangentes	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Contexto operacional - reestruturação societária

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual divulga que, em 6 de julho de 2022, foi firmado contrato de compra e venda de ações entre o Andorra Banc Agrícola Reig S.A. e a Credits Financial Solutions, LLC, para a transferência do controle acionário do Banco Andbank (Brasil) S.A. (“Banco”) e de sua controlada Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., incluindo planos de reestruturação societária envolvendo o Banco e a Distribuidora. O fechamento da referida operação de compra e venda está condicionado à aprovação das autoridades relevantes e ao atendimento de outras condições estabelecidas no contrato entre as partes. Diante desse contexto, certas atividades de “private banking”, representadas pelas indicações de clientes locais para outras jurisdições do Grupo Andbank, foram migradas, em março de 2023, para a Distribuidora, ocasionando o reconhecimento de receitas de prestação de serviços de exportação integralmente advindas de partes relacionadas e despesas correspondentes a partir daquela data. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

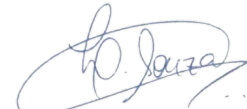
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Luana de Melo Souza
Contadora
CRC nº 1 SP 292386/O-2

Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e de 2023



(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro 2024	Dezembro 2023	Passivo	Nota explicativa	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Circulante		3.341	1.983	Circulante		171	907
Disponibilidades	4	622	73	Outras obrigações		171	907
Títulos e valores mobiliários		412	-	Obrigações fiscais e previdenciárias correntes		59	51
Carteira própria	5	412	-	Diversos	8.a	112	856
Outros créditos	6	2.307	1.910				
Diversos		2.307	1.910				
Não circulante		-	360	Patrimônio líquido		3.170	1.436
Outros créditos	6	-	360	Capital social	11	1.795	1.795
Diversos		-	360	Outros resultados abrangentes		-	-
				Lucros / (Prejuízos) Acumulados		1.375	(359)
Permanente		-	-				
Imobilizado de uso		-	-				
Imobilizações de uso		56	56				
(-) Depreciação acumulada		(56)	(56)				
Intangível		-	-				
Ativos intangíveis		141	141				
(-) Amortização acumulada		(141)	(141)				
Total do ativo		3.341	2.343	Total do passivo e do patrimônio líquido		3.341	2.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Demonstração do resultado



Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por quota)

	Nota explicativa	2º semestre 2024	2024	2023
Receitas da intermediação financeira		13	13	2
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	13	13	2
Resultado da intermediação financeira		13	13	2
Outras receitas (despesas) operacionais		1.198	2.372	1.166
Despesas de pessoal		(4)	(9)	(9)
Despesas administrativas	12	(247)	(580)	(775)
Despesas tributárias	13	(111)	(209)	(254)
Outras receitas operacionais	14	1.560	3.170	2.372
Outras despesas operacionais		-	-	(168)
Resultado operacional		1.211	2.385	1.168
Resultado antes da tributação sobre o lucro		1.211	2.385	1.168
Imposto de renda / Contribuição social	10	(344)	(651)	(346)
Lucro no semestre / exercício		867	1.734	822
Quantidade de quotas		179.493.002	179.493.002	179.493.002
Lucro por quota - R\$		0,0048	0,0097	0,0046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Demonstração do resultado abrangente



Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	2º semestre 2024	2024	2023
Lucro no semestre / exercício	867	1.734	822
Ajuste a valor de mercados dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	48
Resultado abrangente do semestre / exercício	<u>867</u>	<u>1.734</u>	<u>870</u>
Atribuível aos sócios cotistas da Empresa	867	1.734	870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido



Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Outros resultados abrangentes	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023		1.795	(48)	(1.181)	566
Ajuste de avaliação patrimonial		-	48	-	48
Lucro líquido do semestre		-	-	822	822
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.795	-	(359)	1.436
Saldos em 1º de janeiro de 2024		1.795	-	(359)	1.436
Lucro líquido do exercício		-	-	1.734	1.734
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.795	-	1.375	3.170
Saldo em 1º de julho de 2024		1.795	-	508	2.303
Lucro líquido do semestre		-	-	867	867
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.795	-	1.375	3.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto



Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º semestre 2024	2024	2023
Lucro no semestre / exercício		<u>867</u>	<u>1.734</u>	<u>822</u>
Ajustes para conciliar o resultado líquido do semestre / exercício				
Depreciações e amortizações	12	-	-	1
Lucro ajustado		<u>867</u>	<u>1.734</u>	<u>823</u>
Variações de Ativos e Passivos				
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários		(412)	(412)	789
(Aumento) Redução em outros créditos		(529)	(37)	(2.215)
Redução em outros valores e bens		23	-	-
Aumento em outras obrigações		(263)	(135)	1.364
Imposto de renda e contribuição social pagos		(344)	(601)	(701)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>(658)</u>	<u>549</u>	<u>60</u>
Aumento (Redução) de caixas e equivalentes de caixa		<u>(658)</u>	<u>549</u>	<u>60</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício		1.280	73	13
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre / exercício		622	622	73
Aumento (Redução) de caixas e equivalentes de caixa		<u>(658)</u>	<u>549</u>	<u>60</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da quota)

1 Contexto operacional

A Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., anteriormente denominada L.L.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., (“Distribuidora”), tem como principal cotista o Banco Andbank Brasil S.A., e foi constituída em 03 de junho de 1991 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 31 de janeiro de 1992.

A Distribuidora é uma sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.179, 8º andar. Concentra suas operações na distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, na administração de carteiras, e opera no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários por conta de terceiros. Possui como objeto social a prática de operações inerentes às distribuidoras de títulos e valores mobiliários, incluindo a compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a prática de operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e a prestação de serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais. Durante o terceiro trimestre de 2013, foi iniciada a atividade de intermediação de renda fixa via custódia própria.

Em 16 de dezembro de 2014, o Andorra Banc Agricol Reig adquiriu 100% das ações do Banco Andbank Brasil S.A. (“Banco”) com objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro. Com isso a Distribuidora passou a fazer parte do conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Em 06 de junho de 2016 o Banco adquiriu 99,99% das ações Andbank Financeira Ltda. (antiga controladora da Distribuidora).

Face à reorganização societária, em 15 de fevereiro de 2019, a Distribuidora incorporou sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., em decorrência da incorporação, a composição do capital social passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A.

Em 06 de julho de 2022, Banco Andbank Brasil S.A. (“Banco Andbank”), Andbank DTVM Ltda. (“Andbank DTVM”), sua controladora, Andorra Banc Agricol Reig S.A. (“Andorra Banc”) e, do outro lado, Creditas Financial Solutions, LLC (“Creditas LLC”) firmaram contrato de compra e venda de ações. Os principais eventos desse contrato foram os seguintes:

- a) Transferência do controle acionário do Banco Andbank para Creditas LLC, mediante a entrega de ações da Creditas Financial Solutions Ltd ao Andorra Banc;
- b) Opção de venda detida pela Creditas LLC de 100% das quotas da Andbank DTVM à Andorra Banc que, se não exercida, dará a opção de compra por Andorra Banc de 75% das quotas da Andbank DTVM;

- c) Reestruturação societária para transferência do business de private banking do Banco Andbank à Andbank DTVM; e
- d) Prestação de serviço entre Andbank DTVM e o Grupo Creditas no Brasil.

O fechamento da operação de compra e venda das ações estará condicionada à aprovação das autoridades relevantes, incluindo o Banco Central do Brasil (BACEN), a Autoridade Financeira de Andorra (AFA - Autoritat Financera Andorrana), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), entre outras condições precedentes.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), publicou no Diário Oficial da União, sua aprovação da operação em 15 de agosto de 2022.

Em 28 de outubro de 2022, o Conselho de Administração da AFA (“Autoritat Financera Andorrana”) concedeu autorização prévia sem oposição para a realização da venda do Banco Andbank (Brasil), S.A. e da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional no curso normal dos negócios da Distribuidora. Face ao contrato de compra e venda mencionado anteriormente, as atividades de *private banking*, realizadas no Banco Andbank (Brasil) S.A., atual controlador, serão migradas para a Distribuidora.

Diante desse contexto, certas atividades de *private banking*, representadas pelas indicações de clientes locais para outras jurisdições do Grupo Andbank foram migradas a partir de março de 2023. O Controlador final do Grupo Andbank Brasil suporta o Grupo no Brasil com eventuais necessidades de aportes de capital e não há fatores relevantes que tragam incerteza quanto à continuidade dos negócios da Distribuidora.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e homologadas pelo Banco Central do Brasil, as normas aprovadas pelo CMN - Conselho Monetário Nacional e as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Distribuidora.

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valores de mercado de títulos e valores mobiliários e depreciação do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Distribuidora revisa essas estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, e foram aprovadas pela Diretoria em 23 de abril de 2025.

3 Resumo das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1.1 *Apuração do resultado*

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e computados sobre os ativos e passivos indexados.

3.1.2 *Caixa e equivalentes de caixa*

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e/ou aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.1.3 *Aplicações interfinanceiras de liquidez*

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras.

3.1.4 *Títulos e valores mobiliários*

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com as seguintes categorias:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários quando aplicável; e

Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento.

A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19.

3.2 Imobilizado de uso

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos – 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança – 20% ao ano.

3.3 Intangível

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações, calculadas pelo método linear de acordo com sua vida útil. O intangível é representado por aquisição de sistemas informatizados, sendo amortizado à alíquota de 20% ao ano.

3.4 Impostos

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15%), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observado que a Distribuidora possui créditos tributários não ativados de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais.

3.5 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos semestres demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Distribuidora revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

3.6 Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do semestre. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

Não foi identificado qualquer evento na Distribuidora que justificasse provisão de perdas por *impairment* para os ativos não financeiros.

3.7 **Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

3.8 **Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

3.9 **Resultados não recorrentes**

A Resolução BACEN nº 2/20, dispõe sobre a divulgação de resultados não recorrentes, sendo eles considerados os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição e; não estejam previstos para ocorrerem com frequência nos exercícios futuros.

Não foram identificados resultados não recorrentes auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

3.10 Alterações de normas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

CPC 00 - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21 e Resolução BCB nº 120/21;

CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;

CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;

CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;

CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;

CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;

CPC 23 - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;

CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;

CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;

CPC 33 (R1) - Benefícios pagos a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20 e Resolução BCB nº 59/20;

CPC 41 - Resultado por ação – homologado pela Circular nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20. O Banco adotou a prerrogativa prevista no artigo 7º da referida circular, a qual confere a adesão opcional para instituições financeiras do segmento 4 (S4). Desta forma, o Banco não adotou este pronunciamento;

CPC 46 - Mensuração do valor justo – tema consolidado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

CPC 47 – Receita de contrato com cliente – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21. Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras da Distribuidora.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21

• Instrumentos financeiros:

A Resolução CMN nº 4.966/21 e normas correlatas estabelecem novas regras contábeis para instrumentos financeiros, definindo os critérios aplicáveis a instituições financeiras e demais entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil. A norma determina, entre outros aspectos, a classificação, mensuração, apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito e divulgação de instrumentos financeiros.

As exigências destas resoluções entram substancialmente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

Os principais aspectos e impactos das normas estão apresentados a seguir:

Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

As classificações devem ser realizadas com base no modelo de negócios da instituição para a gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos nas seguintes categorias:

Custo Amortizado (CA): Ativos geridos para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (Teste de SPPJ).

Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Ativos geridos tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal (Teste de SPPJ), quanto para a venda.

Valor Justo no Resultado (VJR): Ativos que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores.

Os passivos financeiros devem ser classificados e reconhecidos ao Custo Amortizado ou, em algumas exceções (como em Derivativos), ao Valor Justo no Resultado (VJR), sem a possibilidade de reclassificação.

Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

De acordo com a classificação no segmento prudencial, as instituições financeiras devem adotar a metodologia completa ou simplificada para avaliar perdas.

A Resolução CMN nº 4.966/21 determina, além disso, a adoção de modelo de perdas esperadas, no qual o Banco deve reconhecer as perdas esperadas associadas ao risco de crédito desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando os efeitos do passado, a situação presente e as expectativas futuras (*“forward looking”*). Os modelos de perdas esperadas serão aplicáveis a ativos financeiros, garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito a liberar.

Impactos da adoção da norma

i. Classificação e mensuração

Ao comparar as classificações e mensurações de acordo com o padrão contábil vigente até 31 de dezembro de 2024, com as novas diretrizes de classificação e mensuração introduzidas pela Resolução CMN 4.966/21, baseadas em modelos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração, a DTVM estima que não haverá impactos relevantes decorrentes da adoção da nova regulamentação.

ii. Perdas esperadas

A transição para a Resolução CMN 4.966/21 resultará em impactos de R\$6 no Patrimônio Líquido da Distribuidora já líquido dos efeitos tributários em 01 de janeiro de 2025.

iii. Taxa de Juros Efetiva

A partir de 1º de janeiro de 2025, os instrumentos financeiros classificados nas categorias custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes passarão a incorporar, no valor contábil bruto, os custos de transação atribuíveis individualmente à operação, bem como os valores recebidos na aquisição ou origemação do instrumento. Dessa forma, os custos de transação e os valores recebidos serão reconhecidos no resultado durante a vida contratual dos instrumentos financeiros, não aplicável a DTVM.

iv. Cessação do reconhecimento de juros (stop accrual)

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabelecia a apropriação de receitas de operações de crédito com parcelas em atraso até 59 dias. A Resolução CMN nº 4.966/21 passa a estabelecer que as receitas de instrumentos financeiros serão apropriadas até o momento em que o instrumento se caracterizar como ativo problemático. Um ativo é designado como problemático quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou dos encargos, ou quando ocorrer algum evento de inadimplência (default). Não aplicável a DTVM, uma vez que a empresa não possui operação de crédito.

v. Impostos Correntes e Diferidos

No dia 17 de novembro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.467, conversão da Medida Provisória nº 1.128/22, que estabelece um novo tratamento tributário referente às perdas sofridas em função do não recebimento de créditos por parte de bancos e outras entidades que têm autorização do Banco Central do Brasil para operar. O objetivo da alteração, conforme exposição de motivos, é alinhar as normas tributárias e contábeis, visando reduzir as vulnerabilidades associadas aos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras. Não aplicável a DTVM, a empresa não constitui créditos tributários.

4. Disponibilidades

As disponibilidades estão compostas da seguinte forma:

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Disponibilidades em moeda nacional	269	20
Disponibilidades em moeda estrangeira (Nota 7)	353	53
Total	622	73

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os títulos e valores mobiliários estavam assim compostos:

	Dezembro 2024			Dezembro 2023		
	Custo Atualizado	Valor contábil/ Mercado	Valor Ajuste a Mercado	Custo Atualizado	Valor contábil/ Mercado	Valor Ajuste a mercado
<u>Títulos para negociação</u>						
<u>Carteira própria:</u>						
Certificado de depósito bancário	412	412	-	-	-	-
Total	412	412	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não houve reclassificações entre categorias dos títulos e valores mobiliários.

Títulos para negociação foram classificados de acordo com os seguintes níveis em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

- Nível 1: títulos e valores mobiliários com preços líquidos disponíveis em um mercado ativo.
- Nível 2: títulos e valores mobiliários que não tem informações de preço disponíveis e são precificados por modelos convencionais ou internos, considerando inputs.
- Nível 3: títulos e valores mobiliários para os quais os insumos para precificação são gerados por modelos estatísticos e matemáticos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31/12/2024		31/12/2023	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
<u>Títulos para negociação</u>	-	-	-	-
Certificado de depósito bancário	412	412	-	-

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 o resultado com títulos e valores mobiliários é de R\$ 13 (R\$ 2 no exercício de 2023).

6. Outros créditos

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Valores a receber - partes relacionadas (Nota 7) (a)	2.306	1.910
Ativo fiscal corrente	1	360
Total	2.307	2.270
Ativo circulante	2.307	1.910
Ativo não circulante	-	360

(a) Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria, conforme mencionado no contexto operacional.

7. Partes relacionadas

A Distribuidora possui como controladora direta o Banco Andbank Brasil S.A. e o Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os cotistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas da Distribuidora por possuírem controle em conjunto sendo elas:

- Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.

São consideradas pessoas chave da Distribuidora sua diretoria executiva. A estrutura administrativa das empresas do grupo Andbank é compartilhada, dessa forma, esses administradores recebem uma remuneração global paga e registrada no Banco Andbank Brasil S.A., onde substancialmente suas atividades são dedicadas. No exercício de 2024 essa remuneração foi de R\$ 1.536 (R\$ 1.153 em 2023).

A Distribuidora manteve no período saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, relativas a contratos de prestação de compartilhamento de custos administrativos, conforme apresentado no quadro a seguir:

Sociedades ligadas

	Dezembro 24		Dezembro 2023	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
ANDBANK Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber (i)	3	12	-	3
Valores a pagar (i)	-	(2)	-	(2)
ANDBANK Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber (i)	7	33	1	10
Valores a pagar (i)	(1)	(9)	(1)	(20)
Banco Andbank Brasil S.A.				
Valores a receber (i)	134	433	129	36
Valores a pagar (i)	(19)	(116)	(602)	(503)
Depósito a prazo	412	13	-	-
Andorra Banc Agricol Reig S.A.				
Valores a receber (ii)	1.557	1.374	1.199	1.199
Depósito em moeda estrangeira	353	41	53	-
AndPrivate Wealth S.A. (Suíça)				
Valores a receber (ii)	30	19	11	11
Andbank Luxemburgo				
Valores a receber (ii)	103	620	165	494
Andbank Advisory LLC (Miami)				
Valores a receber (ii)	456	976	355	565
Valores a pagar (ii)	-	96	(96)	(96)
Andbank Uruguai				
Valores a receber (ii)	10	18	5	58
Andbank Espanha				
Valores a receber (ii)	6	8	44	44
Total Depósito em moeda estrangeira	353	41	53	-
Total a receber - Outros créditos - Diversos	144	916	131	49

	Dezembro 24		Dezembro 2023	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Total a pagar - Outras obrigações – Diversas	(20)	(31)	(356)	(278)
Total de receita de prestação de serviço	2.162	2.577	1.779	2.371
Total de despesa de comissão	-	-	(343)	(343)
Total de depósito a prazo	412	13	-	-

- (i) Refere-se a rateio de despesas administrativas.
(ii) Refere-se a receita de prestação de serviço de exportação.

8. Outras obrigações

a. Diversos

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 7)	20	699
Comissões e corretagens a pagar	65	120
Serviços técnicos especializados	15	24
Fornecedores	12	13
Total	112	856
Passivo circulante	112	856

9. Provisões, passivos contingentes e obrigações legais

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não há provisão para passivos contingentes e obrigações legais.

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

A Distribuidora possui contingência fiscal avaliada por nossos assessores jurídicos como perda possível, no valor de R\$ 1 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023).

10. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.211	2.385	1.168
Encargos (IR e CS) às alíquotas vigentes (nota 3.4)	(497)	(981)	(443)
(Adições) Exclusões Permanentes	(16)	(17)	(14)
Outras despesas não dedutíveis	(16)	(17)	(14)
(Adições) Exclusões Temporárias	17	58	(47)
Provisões para pagamentos	17	58	(47)
 Compensação de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	 152	 289	 158
Imposto de Renda e Contribuição Social do semestre/exercício	(344)	(651)	(346)
Imposto corrente	<u>(344)</u>	<u>(651)</u>	<u>(346)</u>
Imposto diferido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A Distribuidora possui créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$95 (R\$443 em dezembro de 2023), em razão da incerteza quanto à sua realização, sendo R\$80 de prejuízo fiscal e base negativa, e R\$16 de diferenças temporárias (R\$369 de prejuízo fiscal e base negativa, e R\$74 de diferenças temporárias em dezembro de 2023).

11. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 o Capital Social está representado por 179.493.002 (cento e setenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e três mil e duas) quotas de R\$ 0,01 cada uma (179.493.002 em dezembro de 2023), totalmente subscritas e integralizadas. A composição do capital social está distribuída por 99,9888% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0111% Andorra Banc Agrícola Reig S.A.

12. Despesas administrativas

	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Despesas de serviços do sistema financeiro	(30)	(210)	(473)
Despesas de serviços técnicos especializados	(80)	(126)	(64)
Despesas de processamento de dados	(25)	(52)	(65)
Despesas com depreciação e amortização	-	-	(1)
Despesas com aluguel	(6)	(14)	(19)
Despesas com comunicação	(55)	(109)	(110)
Outras (i)	(51)	(69)	(43)
Total	<u>(247)</u>	<u>(580)</u>	<u>(775)</u>

(i) Inclui despesa com associação de classe no valor de R\$ 42 e serviços de terceiros no valor de R\$ 7

13. Despesas tributárias

	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Despesas de taxas CVM	(21)	(42)	(61)
Despesas com ISS	(67)	(130)	(190)
Despesas de PIS/COFINS	(15)	(26)	(1)
Outras despesas tributárias	(8)	(12)	(2)
Total	(111)	(209)	(254)

14. Outras receitas (despesas) operacionais

	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Prestação de serviços exportação (a)	1.274	2.577	2.458
Reversão (Provisão) de despesa com Comissão	60	22	(130)
Variação Cambial (a) / (b)	210	484	(87)
Outros	16	87	131
Total	1.560	3.170	2.372

- (a) Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria, conforme mencionado no contexto operacional em moeda estrangeira.
(b) Inclui variação cambial de disponibilidades em moeda estrangeira.

15. Outras informações

Em 08 de Janeiro de 2015 a Andbank Distribuidora passou a fazer parte do conglomerado econômico onde o Banco Andbank Brasil S.A. é o líder e por decisão do Banco Central do Brasil, com base em atos estatutários, a Distribuidora foi dispensada de enviar as informações de limites operacionais, sendo de responsabilidade do Banco líder do conglomerado informar as posições consolidadas. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Basileia do Banco (Prudencial) é de 11,87% (15,60% em 31 de dezembro 2023).

	31/12/2024	31/12/2023
Capital Principal antes das deduções	519.154	519.317
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais	(286.722)	(265.261)
Patrimônio de Referência (PR)	232.432	254.056
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	(75.795)	(123.771)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	156.637	130.285

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras para o semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, não prestou outros serviços a DTVM que não o de auditoria independente

16. Estrutura de gerenciamento Contínuo e Integrado de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Distribuidora considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

• Gerenciamento do risco operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas da Distribuidora aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17.

Para alocação de capital para o risco operacional a Distribuidora optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos em que houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos.

• Gerenciamento do risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Distribuidora. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial;
- Taxas de juros;
- Preços de ações;
- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

- **Gerenciamento do risco de crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável.

O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e reportado mensalmente no Comitê de Riscos para conhecimento da Diretoria da Distribuidora.

- **Gerenciamento do risco de liquidez**

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Distribuidora, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovada. O risco de liquidez é monitorado diariamente pelo acúmulo de ativos líquidos e de alta qualidade através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O Colchão de liquidez do banco é composto basicamente, por títulos de livre movimentação e posições em caixa.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos – COAP, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- **Gestão de Capital**

O processo de gerenciamento de Capital da Distribuidora leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado.

Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos – COAP assim como pelo Comitê de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- **Divulgação das informações relativas à gestão de riscos**

As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do banco na internet (<https://www.andbank.com/brasil/governanca/>).

São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos:

- a) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional;
- b) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital
- c) Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3;
- d) Formulário de referência; e
- e) Notas explicativas às demonstrações financeiras.

17. Ouvidoria

O componente organizacional encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN 4.433 de 23 de julho de 2015.

18. Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

* * *